



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002086-07.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 783/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 435/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 78/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 IndiciadoRéu: **ERIK CAETANO DA SILVA PEREIRA e outro, ALEXANDRE PATRACÃO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 08 de maio de 2014, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça, bem como do réu **ALEXANDRE PATRACÃO**, devidamente escoltado, acompanhado da defensora, Dra. Neube Elisabeth Ostan. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Erocledes Gonçalves de Almeida, as testemunhas de acusação Osvaldo Basílio Moreira Faria, Marcelo Luiz Teixeira e Erick Caetano da Silva Moreira, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 34. A autoria também é certa não obstante a negativa de Alexandre e a busca de assunção da responsabilidade penal por parte da testemunha Erik Caetano da Silva Pereira. Na data dos fatos, relatou o policial Basílio, que haviam recebido notícia do furto do veículo Uno via rádio e quando estavam patrulhando no Jardim Gonzaga avistaram o veículo com duas pessoas no interior. Eles perceberam a aproximação da viatura e empreenderam fuga. No mesmo sentido é o relato do policial Marcelo, parceiro de Basílio naquela ocasião. Os dois acabaram sendo detidos e Basílio afirmou, taxativamente, que “ao volante estava o conhecido marginal Alexandre Patracon e como passageiro Erik Caetano”. No mesmo sentido foi o depoimento dele nesta audiência assegurando, sem titubeios, que o condutor do auto furtado era o réu aqui presente. Marcelo também afirmou que “ao volante estava o conhecido marginal Alexandre Patracon, que negou o furto mas não disse como apanhou o veículo”; como passageiro estava o então indiciado Erik Caetano, que alegou ter pego carona de Alexandre”. Erik, ao ser inquirido pela autoridade policial, exerceu o direito de nada informar. Na audiência realizada nesta oportunidade ele alegou ter sido o autor do furto dizendo que encontrou este veículo no Bairro Botafogo. É certo, todavia, que o auto foi subtraído na rua José Benetti, defronte ao imóvel 707, onde reside seu proprietário, isso na Vila Prado, deixando bem claro que Erik veio aqui apenas para mentir e proteger o réu quer se encontra preso. A qualificadora do emprego de chave falsa referida pela vítima e policiais está comprovada pelo laudo de fls. 68/70 e ilustrado pelas fotos de fls. 71/72. Assim, em que pese a versão apresentada pelo réu e o falso depoimento de Erik a autoria está satisfatoriamente demonstrada e autoriza o acolhimento integral da denúncia com a condenação do réu nas penas do artigo 155, § 4º, III, do CP. Observo para fins de fixação de suas penas que ele detém maus antecedentes, respondendo por outros delitos contra o patrimônio, mas é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

tecnicamente primário. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A acusação baseia-se tão-somente em indícios devido aos antecedentes do réu, conforme se pode notar pelos depoimentos dos policiais, que ao efetuar uma ronda no bairro onde foram informados sobre o furto do veículo e ao localizarem constataram que o mesmo era o denunciado. Na posse desse veículo encontrava-se o réu Alexandre e no caso em tela a testemunha Erik Caetano da Silva Pereira. No que tange à participação do acusado Alexandre, face a todos os indícios, os quais corroborados pela confissão de Erik, bem como a afirmação de que o réu não participou do furto, apenas adentrou o veículo para uma carona. Fica evidenciado dessa forma que o réu não participou diretamente do furto. Apenas pelo fato de ter pego uma carona e ao ser surpreendido pelos policiais estava no local errado e na hora errada. Pelo depoimento do réu afirma não ter participado em nada com relação ao furto do veículo, ficando comprovada a sua inocência. Os indícios de suposições não são suficientes para condenar uma pessoa. É necessário que se prove a autoria do crime. Isto posto, requer a absolvição do denunciado com base no artigo 386, VII, do CPP. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ALEXANDRE PATRACÃO**, RG 71.244.260/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso III, do Código Penal, porque no dia 1º de março de 2014, durante a madrugada, na Rua José Benetti, defronte ao imóvel 707, Vila Prado, nesta cidade, fazendo uso de chave falsa, tipo mixa, subtraiu o automóvel Fiat Uno Mille, cinza, placas BFC 3733, avaliado em R\$5.500,00, pertencente a Erocledes Gonçalves de Almeida. Pela manhã a vítima, dando pela falta do veículo que deixara estacionado em frente à sua casa, noticiou o desaparecimento ao COPOM. Policiais entraram em contato com Erocledes e passaram a procurar pelo carro. Quando diligenciavam pelo bairro Jardim Gonzaga avistaram o veículo furtado com dois ocupantes, estando Alexandre à sua direção. Empreenderam perseguição e acabaram por detê-los quando buscaram se evadir a pé. O Fiat Uno foi apreendido, não tendo sido entregue à vítima por questão administrativa (falta de licenciamento). No seu interior foi apreendida a mixa que estava na ignição e outros objetos de procedência não esclarecida. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 30/31 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 44), o réu foi citado (fls. 59/60) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 80/84). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição alegando insuficiência de provas. **É o relatório. DECIDO.** Após a comunicação do furto, policiais militares, em patrulhamento, avistaram o veículo e realizaram a abordagem. Segundo os policiais o réu era quem conduzia o carro e tinha a testemunha Erik Caetano da Silva Pereira como passageiro. No momento da abordagem o réu tentou a fuga a pé, mas foi detido. O réu procurou sustentar que estava no veículo como caronista, situação que reafirma no interrogatório hoje colhido. Os policiais afirmaram que a pessoa que acompanhava o réu no veículo sustentou que tinha obtido uma carona. Esta situação levou o Ministério Público a pedir o arquivamento do inquérito em relação a Erik Caetano (fls. 43). Aconteceu que nesta audiência Erik, que no auto de prisão em flagrante nada quis declarar, usando do direito do silêncio, passou a dizer que fora ele o ladrão do veículo e colocou o réu como caronista. Essa declaração de Erik não se mostra convincente e tampouco verdadeira. Não soube Erik explicar outros objetos que foram encontrados dentro do veículo e que não pertencia a este. Certamente, quem furtou o veículo, também furtou em seguida os outros objetos que foram localizados. Erik também disse que furtou o veículo nas proximidades do bairro Botafogo. Acontece que o carro foi furtado na Rua José Benetti, no bairro de Vila Prado. Tais situações já são suficientes para desfazer a confissão do furto que Erik fez na audiência de hoje. Ele sequer tinha condições de dirigir o veículo, tendo, inclusive, admitido que não sabia dirigir. Trata-se de pessoa completamente dependente de droga e certamente está sendo influenciada a inocentar o réu. O réu é pessoa que tinha sido presa, por duas vezes, pouco tempo antes pela prática de furtos (fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

55 e 64). Ao contrário do que sustenta, era ele que estava conduzindo o veículo furtado. A fuga que empreendeu é demonstração própria de quem se sente em erro após a prática de um delito e busca dele se livrar. Negar a autoria é fazer pouco caso da evidência que está nos autos e ainda pensar que o magistrado seja um tolo e se deixe levar por argumentos como os que foram apresentados. Assim, tenho como demonstrada a autoria e a responsabilidade do réu pelo furto do veículo. No que respeita à qualificadora do uso de chave falsa, a mesma não restou caracterizada na situação retratada nos autos. Com efeito, mesmo tendo o réu feito uso de uma mixa, como revela a perícia de fls. 69/72, a utilização desta se deu para ligar o motor, ou seja, na ignição e não para abrir o veículo. Como tem reconhecido a jurisprudência “não há reconhecer a qualificadora da chave falsa se não utilizada exteriormente a res furtiva. Desqualifica-se assim o delito se para por em funcionamento o automotor subtraído, aplica o arauto chave falsa diretamente ao interruptor de ignição, eis que o fato se equipara à chamada ligação direta, que não erige em qualificadora alguma” (JUTACRIM 25/163). No mesmo sentido JUTACRIM 96/177, 23/163, 20/304 e 8/281; RT 746/556. Assim, o réu será responsabilizado por furto simples, que se consumou na espécie. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA** para condenar o réu por furto simples. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, que o réu, apesar de registrar antecedentes é tecnicamente primário e com a sua prisão e apreensão do veículo não registraram prejuízos, aplico-lhe a pena mínima, isto é, em um ano de reclusão e dez dias-multa, substituindo a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito. **CONDENO**, pois, **ALEXANDRE PATRACÃO** às penas de **um (1) ano de reclusão e de dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade**, pelo mesmo prazo, por ter infringido o artigo 155, “caput”, do Código Penal. Em caso de conversão à pena primitiva, **o regime será o aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pela taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Em razão deste resultado revogo a prisão preventiva e determino a expedição de alvará de soltura em favor do réu. Dos objetos apreendidos destrua-se a chave mixa. Quanto aos demais que foram encontrados no veículo oficie-se à Del.Pol. para que sejam feitas pesquisas visando a localização de possíveis vítimas. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS**. Eu, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSORA:

RÉU: